**FUNDAMENTAÇÃO**

Decorrente dos grave erros e desorientação dos órgãos eleitorais, durante o processo eleitoral findo, impõem-se uma revisão da lei eleitoral.

Com efeito, importa adequar o nosso quadro jurídico eleitoral que se mostra desajustado, incoerente e desfocado da realidade a nível da região e no mundo. Porquanto, as outras leis vão no sentido de promover a coesão e o entendimento entre as forças políticas e a governabilidade, a nossa vai no sentido contrário, promovendo clivagens e ingovernabilidade, como acontece quando veda os entendimentos e coligações pós-eleitorais, mesmo sabendo que o empate eleitoral, as maiorias relativas são resultados possíveis e expectáveis nos pleitos eleitorais e não clarifica, como isso se resolve.

Há, sem dúvida, que clarificar na Lei, (i) as competências do tribunal judicial de distrito; (ii) incluir todos os partidos com assento parlmentar na designação dos membros das mesas das assembleias de voto; (iii) limitar os poderes do presidente da mesa da assembleia de voto no que tange a requisição da presença da força armada na assembleia de voto; e (iv) salvaguardar a imunidade dos delegados de candidatura entre outros aspectos fundamentais para uma eleição transparente e credível.

Além do mais, o estudo comparado mostra e sugere que sempre que os regimes políticos são baseados na proporcionalidade que é pensada para promover maior participação das forças políticas no governo, ao contrário do que acontece nos sistemas maioritários em que, quem ganha, “*ganha tudo*”, as coligações pós-eleitorais são inevitáveis e são a única saída possível para soluções de governo nos sistemas proporcionais.

Nestes termos e nos demais previstos na lei, a Bancada Parlamentar do MDM apresenta as seguintes propostas de revisão:

Lei 2/2019 de 31 de Maio que altera a Lei 8/2013 de 27 de Fevereiro que estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República.

**TÍTULO I**

**Disposições Gerais**

**CAPÍTULO I**

**Princípios Fundamentais**

**Artigo 8**

**(Tutela jurisdicional)**

**1. [….]**

**1A. *Compete aos tribunais judiciais de distrito, ao apreciar os recursos eleitorais, mandar recontar os votos, mandar repetir a votação e declarar nula a eleição, em primeira instância, nos termos da presente lei.***

**2. [….]**

**3. [….]**

**4. [….]**

**5. [….]**

**6. [….]**

**TÍTULO IV**

**Processo Eleitoral**

**CAPÍTULO I**

**Organização das Assembleias de Voto**

Artigo 49

**(Designação dos membros das mesas das assembleias de voto)**

1. [….]
2. A selecção é feita por um júri composto pelo ***director, directores adjuntos e técnicos do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral indicados pelos partidos políticos com assento parlamentar, diferente dos partidos de proveniência do director e do director adjunto.***
3. [….]
4. [….]

Artigo 50

(**Constituição das mesas das assembleias de voto**)

 1. [….]

 2. [….]

 3. [….]

 4. [….]

 **4A. *A designação dos substitutos deve ser acompanhada da respectiva acta devidamente assinada pelos presentes, sob pena de nulidade de todos os actos da mesa***.

1. [….]
2. [….]
3. [….]

Artigo 58

(**Imunidades dos delegados de candidatura**)

 1. Os delegados de candidaturas não podem ser detidos durante o funcionamento da mesa da assembleia de voto, ***sob pena de nulidade de todos os actos na mesa onde ocorreu a detenção***.

 1A. […]

**SECÇÃO IV**

**Garantias de liberdade de voto**

Artigo 85

(**Proibição da presença de força armada**)

1. […]

2. quando for necessário pôr termo a tumultos ou obstar agressões ou violência, quer no local da mesa da assembleia de voto, quer na sua proximidade, **ou ainda em caso desobediência as suas ordens**, o presidente da mesa pode **ouvida esta** ***em consenso com outros integrantes da mesa***, requisitar a presença de fora de manutenção da ordem pública, com menção na acta ***assinada por todos os membros da mesa*** das razoes da requisição do período de presença da força armada.

3. […]

4. […]

5. […]

**CAPÍTULO IV**

**Apuramento**

**SECÇÃO I**

**Apuramento parcial**

Artigo 94

(**Publicação do apuramento parcial**)

1. […]

2. […]

3. A acta e o edital do apuramento parcial **são** ***devem ser*** afixados na mesa da assembleia de voto em lugar de acesso ao publico, pelo respectivo presidente, sob pena de responsabilização criminal do presidente da mesa.

**SECÇÃO II**

**Apuramento distrital ou de cidade**

Artigo 101

(**Apuramento ao nível de distrito ou cidade**)

1. […]

2. […]

3. Os mandatários **assistem** ***participam*** nos trabalhos de apuramento de resultados.

4. […]

5. […]

Artigo 101-A

(**Apreciação de questões prévias**)

1. […]

2. Os mandatários **assistem** ***participam*** nos trabalhos de apuramento de resultados.

3. […]

Artigo 105

(**Acta e edital de apuramento distrital ou de cidade**)

1. […]

2. […]

3. […]

4. ***Um exemplar da acta e edital é imediatamente entregue a cada mandatário presentes no acto de apuramento distrital.***

5. ***O não cumprimento do estabelecido no número anterior, impede a divulgação dos resultados***.

Artigo 106

(**Cópias da acta e do edital originais do apuramento distrital ou de cidade**)

1. Aos mandatários de candidatura, membros da Comissão Distrital de Eleições, observadores e jornalistas são entregues pela Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade copias dos editais originais de apuramento distrital ou de cidade, devidamente assinadas e carimbadas.

Artigo107

(**Divulgação dos resultados**)

***1.*** Os resultados do apuramento distrital ou de cidade são anunciados, em acto solene e público, pelo Presidente da Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade respectiva, no prozo máximo de três dias, contados a partir do dia do encerramento da votação, mediante divulgação pelos órgãos de comunicação social, e são afixados em cópias do edital original à porta do edifício onde funciona a Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade, do edifício do governo do distrito e do município.

**2. *Devem participar obrigatoriamente neste acto solene:***

***a) Os membros da Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade;***

***b) Os mandatários;***

***c) Os representantes dos partidos políticos, coligação de partido políticos e grupo de cidadãos eleitores corrente;***

***d) os cabeças de lista.***

***3. A não notificação das entidades acima referidas para participar neste acto, por parte do Presidente da Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade respectiva, é passível de responsabilização criminal.***

**SECÇÃO III**

**Apuramento provincial**

Artigo 110

**(Apuramento ao Nível do Círculo Eleitoral Provincial)**

1. [….]
2. [….]
3. Os mandatários ***participam*** nos trabalhos de apuramento dos resultados, sendo notificados por escrito para o efeito.

3A. ***Os observadores e jornalistas assistem aos trabalhos de apuramento dos resultados sendo notificados por escrito para o efeito.***

1. [….]
2. [….]

**SECÇÃO IV**

**Centralização nacional e apuramento geral**

Artigo 119

**(Elementos de Apuramento Geral)**

1. [….]
2. [….]
3. [….]
4. ***Em caso de se verificar discrepância entre o resultado divulgado pelas comissões e o constante nas actas e editais na posse dos partidos políticos, seja de distrito, cidade ou província, devem ser notificados os presidentes e vogais das respectivas comissões e os mandatários a confrontar os editais e actas em causa, na Comissão Nacional de Eleições.***

**TÍTULO VII**

**Recursos e Ilicitos Eleitorais**

**CAPÍTULO I**

**Recursos Eleitorais**

Artigo 192

**(Contencioso eleitoral)**

1. [….]
2. [….]
3. [….]

**3A**. ***Os elementos de prova previstos no número anterior, podem ser autenticados pelo tribunal judicial de distrito.***

1. [….]
2. [….]
3. [….]
4. [….]

SECÇÃO IV

Infracções relativas às eleições

Artigo 233

(**Recusa em distribuir actas e editais originais**)

Aquele que, tendo o dever de fazer, injustificadamente se recusar a distribuir copias de actas e editais originais de apuramento de votos devidamente assinadas e carimbadas aos delegados de candidaturas ou ma, aos partidos políticos, coligações de partidos políticos proponentes ou grupo de cidadãos eleitores proponentes é punido com pena de prisão efectiva ***até seis meses e multa de quatro a cinco salários mínimos*** de dois a três anos e multa de oito a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 243

**(Incumprimento de obrigações)**

1. ***Aquele que, que injustificadamente não cumprir quaisquer obrigações impostas pela lei ou omitir a prática de actos administrativos necessários à sua pronta execução, bem como a demorar infundadamente o seu cumprimento é punido com pena de prisão efectiva* multa de cinco a doze salários mínimos nacionais prisão *de dois a quatro anos e multa de dez a quinze salários mínimos nacionais.***

1A. ***Aquele que injustificadamente não cumprir com a obrigação de notificar às entidades referidas no nº2, do artigo 107 da presente lei é punido com uma pena de prisão efectiva de dois a quatro anos e multa de cinco a doze salários mínimos nacionais.***

**Lei 3/2019 de 31 de Maio que estabelece o quadro Jurídico para a eleição da Assembleia Provincial e do Governador Provincial**

**TÍTULO V**

**Processo de Votação**

**CAPÍTULO I**

**Organização das assembleias de voto**

**SECÇÃO I**

**Funcionamento da assembleia de voto**

Artigo 65

**(Locais de funcionamento da assembleia de voto)**

1. [….]

2. [….]

3. [….]

4. [….]

5. [….]

a) [….]

b) [….]

c) [….]

d) [….]

e) [….]

f) [….]

g) [….]

h) ***locais que distam a menos de trezentos metros da sede de partidos, coligações de partidos políticos, grupos de cidadãos eleitores proponentes e associações filiadas a partidos políticos.***

Artigo 70

**(Designação dos membros das mesas das Assembleias de voto)**

1.[....]

2. A selecção é feita por um júri composto pelo ***director, directores adjuntos e técnicos do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral indicados pelos partidos políticos com assento parlamentar, diferente dos partidos de proveniência do director e do director adjunto.***

3.[....]

4.[….]

**SECÇÃO II**

**Delegados de candidatura**

Artigo 77

**(Designação dos delegados de candidatura)**

**1.**Cada partido político, coligação de partido político ou grupo de cidadãos proponentes têm direito de designar delegados de candidatura ***correspondente as mesas existentes, cabendo aos mesmos fazer a respectiva alocação para as mesas de votação.***

1. [….]
2. [….]

Artigo 78

**(Procedimento de designação e qualidade de delegado)**

1. [….]

**1A. *Os partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupo de cidadãos eleitores proponentes, credenciam os respectivos delegados de candidatura com o conhecimento das comissões e do Secretariado de Administração Eleitoral.***

1. [….]
2. [….]

**CAPÍTULO II**

**Apuramento Distrital ou da Cidade**

Artigo 127

**(Acta e Edital do Apuramento Distrital ou de Cidade)**

1. [….]
2. [….]

**2A. *Os mandatários recebem imediatamente a acta e edital do apuramento, sob pena de nulidade de acto de apuramento.***

1. [….]

**TÍTULO VII**

**Eleição da Assembleia Provincial**

**CAPÍTULO I**

**Assembleia Provincial**

Artigo 156

1. [….]
2. [….]
3. [….]
4. ***É admissível a formação de coligações pós-eleitoral.***

Artigo 161

**(Tutela jurisdicional)**

**1. [….]**

**1A. *Compete aos tribunais judiciais de distrito, ao apreciar os recursos eleitorais, mandar recontar os votos, mandar repetir a votação e declarar nula a eleição, em primeira instância, nos termos da presente lei.***

**2. [….]**

**3. [….]**

**4. [….]**

**5. [….]**

**6. [….]**

**TÍTULO VIII**

**Contencioso Eleitoral**

**CAPÍTULO I**

**Recursos Eleitorais**

Artigo 162

**(Recurso eleitoral)**

1. [….]
2. [….]
3. [….]

**3A. *Os elementos de prova previstos no número anterior, podem ser autenticados pelo tribunal judicial de distrito.***

1. [….]
2. [….]
3. [….]
4. [….]